

Ata da sexta sessão Ordinária. Aos trinta e um dias, do mês de agosto, do ano de Dois mil, na sala de sessões da Câmara Municipal de Pedrinópolis, Minas Gerais, situada à Rua José Severino da Cunha n.º 42, às dezenove horas, foi aberta a sexta sessão ordinária, dirigida pelo excelentíssimo senhor Presidente Ernani Luiz de Toledo, que compôs a Mesa Diretora, com a Vice-presidente Elinta Narciso Vitorino e com o Secretário Ailton Ferreira de Castro. Compareceram os seguintes vereadores: André Luiz Espíndula de Oliveira; Bismac José Raposo; Diomedes Claudino Bessa; Lazaro Antônio Cardoso e Marcelo Silva Pereira. No ato da abertura da sessão, foi proclamado a Oração do vereador. Em seguida, foi verificado o quorum e instalado o Pequeno Expediente, quando foi feita a leitura das atas das reuniões anteriores, das correspondências, e da pauta do dia, que constavam as seguintes matérias: Projeto de Lei 021/2000, de autoria da Mesa Diretora, que fixa subsídios dos vereadores do Município de Pedrinópolis para a legislatura 2001 a 2004 e Projeto de Lei 022/2000 de autoria da Mesa Diretora, que fixa subsídios do prefeito e vice-prefeito para a legislatura de 2001 a 2004. Imediatamente foi iniciado o Grande Expediente e o vereador Lazaro perguntou a colega Ernani, se já havia resolvido o problema com o vice-prefeito Juarez Borges, se ele ainda estava recebendo ou não. O vereador Ernani disse que sim, que ele ainda estava recebendo das duas funções. Disse que recebeu também do Sr. Juarez um parecer jurídico sobre a questão, e repassou ao assessor da Câmara, o qual disse a ele que o parecer diz simplesmente que o vice-prefeito tem o direito de exercer as duas funções e que em momento algum se refere a poder ou não receber dos dois cargos. Sendo assim, disse que formulou uma consulta ao Tribunal de Contas e está aguardando a resposta. O vereador André também fez uso da palavra, disse que queria deixar a Câmara ciente sobre denúncias de irregularidades nas transferências de eleitores para Pedrinópolis, feitas pelo Presidente do PMDB, que isso tem causado muitos transtornos para várias pessoas que aqui residem, trabalham ou possuem imóveis, estão sendo processados pela promotoria e correndo o risco de não poderem votar nas próximas eleições, disse que estão fazendo as defesas sobre esses casos mas não sabe até quando irão conseguir. A vereadora Elinta, disse que estas denúncias foram feitas pelo presidente de seu partido, PMDB e que estas pessoas que o colega André se referiu, foram denunciadas porque seus endereços estavam errados. Quando saiu a relação de novos eleitores emitida pelo cartório eleitoral, foi feita uma averiguação pegando nomes e endereços e quando verificado as pessoas referidas pelo vereador André, não moravam no endereço especificado e por isso foram denunciadas. Mas já foi feita pelo presidente do partido uma comunicação ao juiz eleitoral de que estes títulos estão legais e que o ocorrido foi devido aos erros de endereços. Sobre as outras denúncias, disse que concorda com presidente do partido, pois se as pessoas não moram aqui, simplesmente tem parentes, trabalharam ou possuem algum imóvel realmente não têm o direito de votarem aqui. O vereador Ailton, disse que estas denúncias foram feitas de má fé, porque foram todas escolhidas nome a nome, deveriam então denunciar todos que moram fora. A vereadora Elinta disse ainda que isso caberia aos outros partidos denunciarem, se o presidente do PMDB fez estas porque era de interesse dele, os outros presidentes de partidos também poderiam fazer o mesmo. O vereador Ailton, disse que não acha isso justo para os eleitores, pois os mesmo poderão ser penalizados por estarem querendo o melhor para Pedrinópolis, pois estão vendo o que está sendo feito em nossa cidade e querem que continue assim. A vereadora Elinta, disse que não está contestando isso, falou que nunca transferiu alguém ilegalmente para Pedrinópolis, e não acha justo fazer esse tipo de transferência. Disse que não ia citar nome, mas tem provas que alguém estava providenciando comprovantes de residências para pessoas que nunca residiram aqui. E que um único comprovante estava sendo usado para varias pessoas. Não concorda de forma alguma que pessoas que nunca moraram aqui não conhecem a realidade de nossa cidade virem decidir o nosso destino político. O vereador Ailton disse ainda que todos que fizeram e tentaram fazer transferências, fizeram por livre e espontânea vontade e se acham que não foi assim deveriam ter denunciado então as pessoas que estavam agindo por trás disso e não os

eleitores. A vereadora Elinta disse que concorda com ele, se a pessoa fez por vontade própria, que arque com as conseqüências e se alguém fez por influencia de outros, denuncie esta pessoa ou então ela mesma será responsabilizada. O vereador Ailton disse que o Presidente do PMDB está indo a certas casas e dizendo que está resolvendo o problema da pessoa, não devia fazer isso, pois ele próprio fez a denúncia. A vereadora Elinta falou que está acontecendo o seguinte, que alguém está indo a determinadas casas e dizendo que a pessoa esta sendo processada por isso e que eles irão defendê-la, só que não deixam e nem mostram processo algum. Está acontecendo igual ao caso do vice-prefeito que diz está sendo processado pela Câmara mas no entanto não mostra processo nenhum. O vereador Marcelo disse que como vereador também fez algumas transferências e todas legais e que o presidente do PMDB poderia agir de boa fé e retirar o nome de sua prima Fabiana que o único problema foi ter colocado um endereço aqui da cidade por não poder ir naquele dia em sua casa na zona rural buscar um comprovante de residência. E uma outra pessoa que tentou transferir possui imóvel aqui, residiu aqui e toda família mora aqui, acha que nesses casos de uma forma ou de outra o denunciante agiu de má fé. O vereador André disse ainda que o problema de endereço foi por falta de observar direito, pois muitas pessoas possuem dois imóveis e colocaram o endereço de um. E também pessoas que na época que fizeram as transferências moravam e trabalhavam aqui e hoje não moram mais. A vereadora Elinta disse que não citou nenhuma transferência ilegal feita por colegas vereadores, quem disse isso foi o vereador Ailton. O vereador Ailton respondeu dizendo que falou apenas que todas as transferências foram feitas de livre e espontânea vontade. O vereador Ernani disse que não está defendendo ninguém e nem atacando ninguém, mas que muitas pessoas que transferiram seus títulos para Pedrinópolis, nem ao menos conhecem nossa cidade, e fizeram a transferência devido a promessas políticas, sabe de um caso e tem prova, que uma pessoa possui carteira assinada em uma firma a mais de cinco anos e no entanto alguém assinou um contrato com ele como se estivesse trabalhando aqui a quase um ano. Acha que o Presidente do PMDB pode ter errado em algumas coisas, mas em muitas estava certo. Discordou do vereador Ailton, dizendo que nem todos vieram de livre e espontânea vontade, pois muitos vieram por causa de promessas políticas. O vereador Diomedes, disse que o presidente do PMDB, também fez transferências de pessoas que nunca moraram aqui, e se for preciso ele cita os nomes. O vereador André disse que pelo IBGE Pedrinópolis, está chegando a 8 mil habitantes e no entanto não chega a 3 mil eleitores. Em seguida o presidente explicou aos colegas vereadores que recebeu correspondência sobre Emenda Constitucional que está tramitando no Congresso Nacional, que extingue o salário de vereador em cidade de até dez mil habitantes, transformando em cargo honorífico e que esta emenda tem grandes chances de ser aprovada, pois é interesse do Palácio do Planalto. O vereador André disse que já conversou sobre isso com o Deputado Odeldo, e que o mesmo disse a ele que acha muito difícil isto ser aprovado, pois todos os deputados precisam dos vereadores. Imediatamente, o presidente deu início a ordem do dia e encaminhou o Projeto de Lei nº 021/2000, e 022/2000 às Comissões de Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Fiscalização, para emitirem seus pareceres. Após, as Comissões apresentaram Parecer Conjunto n.º 01/2000, favorável à tramitação dos referidos projetos. Projeto de Lei 021/2000, colocado em discussão, vereador Lazaro, perguntou que base foi usada para chegar a esses valores. O vereador Ernani, disse que fez uma proporção baseada nas cidades vizinhas e achou que esse valor é muito justo. O vereador Lazaro disse que poderia então ter continuado com o mesmo salário do exercício de atual. a vereadora Elinta disse que achou estes valores razoáveis pois conversando com o assessor da câmara esse disse a ela que esta câmara é muito econômica, não tem gastos excessivos e um valor até mil reais para os vereadores seria muito justo, acharam que se colocassem o salário em mil reais o aumento em porcentagem seria muito, então decidiram fixar estes valores. O vereador André disse também que se fosse fixado em mil reais não ia fazer diferença para o vereador, pois o mesmo ia incidir sobre o imposto de renda e descontado os valores do imposto cairia praticamente para esses valores que estão sendo

fixados. Colocado em votação foi este aprovado por unanimidade. Projeto de Lei 022/2000, colocado em discussão e votação, foi este aprovado por unanimidade Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e para constar, eu, João Batista Francisco da Silva, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que lida e discutida será assinada pelo Secretário da Mesa Ailton Ferreira de Castro, pelo Presidente e demais vereadores.


AILTON FERREIRA DE CASTRO


ERNANI LUIZ DE TOLEDO


ELINTA NARCISO VITORINO


ANDRÉ LUIZ ESPINDULA DE OLIVEIRA


BÍSMAC JOSÉ RAPOSO


DIOMEDES CLAUDINO BESSA


MARCELO SILVA PEREIRA


LAZARO ANTONIO CARDOSO

